CULTURA DO QUOTIDIANO UMA REFLEXÃO SOBRE A HERANÇA DA VIDA SOCIAL URBANA

por Inês Cabral Fernandes e Marta Almeida Santos

«Património histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.»

(CHOAY, 1999: 11)

Património: um conceito complexo, cuja «função é, enquanto isso, a de legitimar e autenticar o ser de uma réplica visual, primeira, frágil e transitiva, na qual é, desde aí, delegado o seu valor» (Ibid.: 20). Este, parte de uma nação, cultura ou comunidade, afigura-se como o testemunho do legado de um ser coletivo, atualmente parte de uma indústria cultural de inclinações declaradamente turísticas e inevitavelmente mercantis.

Antes desta herança ser encarada como património, é considerada mera antiguidade. Este último termo é, na verdade, a criação de um afastamento em relação a algo que já não nos diz respeito, que já não está presente em nós. O excesso de zelo subtrai-lhe sentido e razão de existência, por descurar o valor do seu papel no quotidiano e as condições de adaptação humana ao mundo real.

Por outro lado, a cultura material por que nos encontramos rodeados diariamente é encarada pela maioria como um meio, uma ferramenta meticulosamente pensada e construída para preencher as necessidades quotidianas. Apenas isso. Será então difícil concebê-la como o cristalizar de uma geração, um modo de pensar e de viver, digno de arquivo e de conservação.

Numa sociedade orientada, por um lado, pelo utilitarismo e, por outro, pelo consumo impulsivo e inconsequente, o objeto produzido em larga escala para um público ou um consumidor alargado parece ter sido destituído de valor simbólico e histórico. Este fenómeno resulta no sentimento de estranheza, na falta de entendimento da relevância e da razão de ser de exposições ou de coleções de design.

Quando se observa então a passagem de objeto/obra a património? Quais serão os critérios que definem esta passagem, se realmente necessária? Serão meramente temporais, por sobreviverem ao passado, ainda que longe de intactos, ou terá a memória coletiva um papel nesta passagem? A mudança pela qual uma obra passa a património é realizada, segundo Françoise Choay, pela engenharia cultural: «A sua relação com o tempo vivido e com a memória, noutras palavras, a sua função antropológica, constitui a essência do monumento [...]» (Ibid.: 16). Assim, «[...] o esquecimento, a desafetação, o desuso, fazem esquecê-los e deixam-nos cair [...]» (Ibid.: 22).

Observa-se então uma existência paralela do objeto projetado, uma de usufruto público e uma de arquivo ou de contemplação museológica. Seguindo princípios museológicos convencionais, estas duas existências nunca se intersecionariam. A mudança de paradigma e a aproximação da vida museológica à vida social e política incitam o espectador à participação, à interação e à transformação da obra ou da exposição, como se do quotidiano se tratasse. Esta metodologia traduz-se em efeitos subversivos no que diz respeito à exposição da cultura material herdada e aos respetivos espólios e coleções.

O público de uma exposição que recorre a objetos como meio para comunicar um conceito, um ideal ou uma proposta curatorial é hoje um público confuso, com uma vaga ideia do papel da cultura material neste contexto e, contrariamente, uma ideia pertinaz e espartilhada do seu papel na história, nas subtis transformações em modos de pensar e de viver.

Objetos resultantes do ofício do designer, mas

também do ofício do artesão ou do manufator, são o resultado de um projeto, de um processo de reflexão crítica do «estado das coisas» pelo desenho, materializado no cenário que compõe e pontua a vida privada e pública do ser humano, que contribui ativamente na sua vivência e na sua evolução num habitat artificial, por ele construído, à sua medida, composto por diferentes escalas e por disciplinas projetuais.

BIBLIOGRAFIA

CHOAY, Françoise. (1999). A Alegoria do Património. Lisboa: Edições 70.